



hfh
B
C

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

SESSÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS

ATA Nº 5/2022

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO REALIZADA NO DIA CATORZE DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS

Aos catorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas nove horas e trinta minutos, reuniu, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Sátão, a Assembleia Municipal de Sátão, em sessão ordinária, sob a presidência do seu Presidente, Paulo Manuel Lopes dos Santos, coadjuvado pela primeira secretária, Maria de Lurdes Albuquerque de Frias Pinto, e pela segunda secretária, Rosa Maria dos Remédios Oliveira Pina, para tratar dos assuntos constantes da Convocatória, com a seguinte *ORDEM DE TRABALHOS*:

I INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

II ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Discussão e votação da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 29 de setembro de 2022.
2. Leitura de correspondência.

III ORDEM DO DIA

3. Informação de Compromisso para Anos Seguintes: aquisição de Serviços.
4. Discussão e votação da alteração de Caminho, no Lugar da Pereira - Ferreira de Aves, requerido por Afonso Santiago Fonseca.
5. Discussão e votação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano (2023 a 2025) - ano financeiro 2023.
6. Discussão e votação do Mapa de Pessoal para 2023.
7. Discussão e votação da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal - assunção de compromissos plurianuais - Orçamento para o ano de 2023.
8. Discussão e votação da fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP).
9. Discussão e votação da Proposta de fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para vigorar no ano de 2023.
10. Discussão e votação da Proposta de redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) - Ano 2023.
11. Discussão e votação da Proposta de fixação da participação variável no IRS/2023.
12. Discussão e votação do Acordo de Financiamento para pagamento de obrigações de serviço público no ano de 2023 e do Acordo de Financiamento no âmbito do Concurso Público a lançar.
13. Informação sobre a Situação Financeira do Município.
14. Informação sobre a Atividade Municipal e outros assuntos de interesse concelhio.

Presidente da Assembleia: Após verificar a existência de quórum, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal autorizou o Sr. Presidente da Câmara a proceder à entrega uma cópia da Prestação de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Contas referente às Festas de São Bernardo - Festas do Concelho, a cada um dos Membros da Assembleia. De seguida, pelas nove horas e quarenta e cinco minutos, deu início à sessão.

Vereadores da Câmara Municipal presentes: Carlos Sousa, Paula Cardoso.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Alexandre Vaz, também esteve presente.

Estiveram presentes:

O Sr. Presidente da Assembleia: Paulo Manuel Lopes dos Santos

A 1ª Secretária da Assembleia: Maria de Lurdes Albuquerque de Frias Pinto

A 2.ª Secretária da Assembleia: Rosa Maria dos Remédios Oliveira Pina

Os Membros: André Roxo Xavier de Sá, Sandra Almeida Cravo Fonseca, Sérgio Almeida Ferreira, António Carlos Rodrigues, Rui Miguel Loureiro Cabral, Marco Augusto Lopes Almeida Girão, Maria Lurdes Gonçalves Almeida, Hélder José de Jesus Vaz, Ricardo Filipe Moreira de Almeida, Arlindo Jorge Sousa Ferreira, Rui Miguel Almeida Lopes da Silva, Maria Isabel Jesus de Sousa, Rosa Maria Saraiva Simões, Joaquim José Cruz Afonso Albuquerque, Gonçalo Rui Martins Magalhães, José Luís Correia de Almeida, Carina Celeste Alves Pinto.

Os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia: António Gomes de Sousa – Avelal, Marcelo Morgado Rodrigues – Ferreira de Aves; Agostinho Machado Rodrigues – Mioma; Manuel António Pina Lopes – São Miguel de Vila Boa; António José Filipe Carvalho – Sátão; João Pedro Lopes de Almeida Loureiro Salvador – Silvã de Cima; David Micael Mota Tavares – Águas Boas e Forles; Olindo de Albuquerque Pimentel – Romãs, Decermilo e Vila Longa.

Tomada de posse por substituição: Feita a chamada geral dos membros que compõem a Assembleia Municipal, verificou-se a ausência de Tiago Orlando Jesus Rebelo Hélder Alexandre Almeida Baptista – Rio de Moinhos, tendo sido substituídos por Lisa de Almeida Marques e António Luís de Almeida Figueiredo – Tesoureiro da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos, respetivamente.

I INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve inscrições.

II ANTES DA ORDEM DO DIA

Presidente da Assembleia: Deu início ao período antes da Ordem do Dia fazendo um voto de pesar.

Voto de Pesar: A Mesa da Assembleia Municipal associa-se e solidariza-se, neste momento de dor e luto, com o eleito António Carlos Rodrigues, pela irreparável perda de sua Mãe, recentemente falecida.

Colocou o Voto de Pesar à votação, tendo sido aprovado, por unanimidade.

Seguidamente deu continuidade à Ordem de Trabalhos.

1. Discussão e votação da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 29 de setembro de 2022.

Presidente da Assembleia: Coloca o Ponto um da Ordem de Trabalhos à discussão.

Inscrições: Marco Girão.



Handwritten signature and initials in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Marco Girão: Referiu que a fls 4, na reposta do Sr. Presidente da Câmara à sua intervenção, deverá constar uma referência à falta de assinatura do Protocolo por parte do Sr. Secretário de Estado, pois tinha sido o que o Sr. Presidente da Câmara havia referido, segundo os apontamentos que fez, Assim sugeriu que se acrescentasse que “...existiu um atraso na assinatura do Protocolo, faltando a assinatura do Secretário de Estado.”. Do mesmo modo, também a fls. 11, na intervenção do Sr. Presidente, quando fala dos valores envolvidos na realização das Festas de São Bernardo, deverá ser referido que, para apresentação das contas daquelas Festas “... iria pedir os elementos aos Bombeiros...”, ou algo do género, pois também tinha sido essa a sua anotação.

Presidente da Assembleia: Dizendo que tinham que ter em conta que uma Ata era um resumo da sessão ou reunião e não a descrição na integra, atendeu às alterações solicitadas, determinando que se ouvisse novamente a gravação e o registo, quanto às alterações sugeridas, fosse o mais exato possível, de acordo com o que tinha sido proferido.

Presidente da Assembleia: Não havendo ninguém para intervir, colocou a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 29 de setembro de 2022 à votação, tendo sido aprovada com:

Votos a favor: 25 (vinte e nove)

Votos contra: 0 (zero)

Abstenções: 4 (quatro)

Estavam presentes 29 (vinte e nove) membros na sala, pelo que o documento foi aprovado, por maioria.

2. Leitura de correspondência.

Presidente da Assembleia: Deu conhecimento da correspondência da Assembleia Municipal recebida desde a última reunião ordinária, colocando-a à disposição dos senhores deputados que a quisessem consultar.

Presidente da Assembleia: Coloca o Ponto um da Ordem de Trabalhos à discussão.

Inscrições: Não houve inscrições

Ainda no período Antes da Ordem do Dia

Presidente da Assembleia: Colocou o período antes da Ordem do Dia à discussão.

Inscrições: André Roxo; Marco Girão; Rosa Simões; Ricardo Almeida; Presidente da Junta de Freguesia de Sátão (António José Carvalho); Rui Silva.

André Roxo: Referiu que o assunto que levava ali, talvez fosse transversal a todos os membros daquela Assembleia e que se prendia com o facto de terem vindo a receber vários e-mails com a Convocatória e respetiva documentação anexa para a reunião, o que, em seu ver, dificulta e dispersa a atenção para esses mesmos documentos. Por este motivo sugeriu que a Câmara Municipal, junto do Gabinete de Informática, disponibilizasse os meios necessários para que na próxima Convocatória pudessem receber apenas 1 e-mail com a Convocatória e toda a documentação que lhe diz respeito, em vez de 4 ou 5, ou até mesmo 6, como aconteceu para aquela reunião. Terminou a sua intervenção desejando a todos os presentes, Boas Festas e um Bom Ano de 2023.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Marco Girão:

*«Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal;
Excelentíssimo Senhor Presidente do Município;
Excelentíssimos Senhores Vereadores;
Excelentíssimos Senhores Presidentes de Juntas de Freguesias;
Minhas Senhoras e Meus Senhores;
Senhor Presidente do Município,*

Na última reunião desta Assembleia, questionei-o acerca da constituição de uma segunda equipa de intervenção permanente e a celebração do respetivo protocolo com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Sátão e a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil. Parece que a minha interpelação teve o condão de acelerar a constituição da segunda equipa, uma vez que, considerando as suas afirmações em ata do executivo datada de 03/12, a mesma já está ativa e operacional.

Apesar de saudar esta decisão, não deixo de continuar bastante intrigado com todo o processo e procedimentos que levaram à constituição desta segunda equipa.

Na reunião de câmara de 13 de janeiro do corrente ano, o executivo municipal tomou conhecimento do pedido apresentado pelo Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Sátão, datado de 28 de dezembro de 2021, solicitando a celebração de um protocolo entre o município e a Associação, para a constituição de uma segunda equipa de intervenção permanente.

A Portaria 322/2021, que regulamenta a composição e o funcionamento das equipas de intervenção permanente, determina, no seu artigo 7º, no ponto 4, que, no prazo de 30 dias a contar da divulgação do despacho do membro do governo responsável pela área da proteção civil, as Associações Humanitárias de Bombeiros comuniquem à Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil a sua manifestação de interesse na criação de uma Equipa de Intervenção Permanente, acompanhada de declaração de concordância da respetiva câmara municipal, a constituir no semestre subsequente.

Uma vez que o pedido apresentado a V.ª Ex.ª pelo Presidente da Associação dos Bombeiros Voluntários de Sátão tem data de 28 de dezembro de 2021, isso significa que o despacho produzido pelo membro do governo para a constituição das Equipas de Intervenção Permanente é anterior a essa data e, como é claramente referido na Portaria, esse despacho determina o número de Equipas de Intervenção Permanente a constituir no semestre subsequente, isto é, nos primeiros seis meses do ano de 2022.

Permita-me, senhor Presidente, para esclarecimento de toda esta Assembleia, que enuncie, e realce, a ordem cronológica das datas que estão em causa em todo este processo:

- 1. O despacho do membro do governo responsável pela área da proteção civil foi publicado até ao fim do segundo semestre de 2021, e determinou as equipas a constituir no primeiro semestre de 2022.*
- 2. No dia 28 de dezembro de 2021, respeitando o prazo de trinta dias, o Presidente da Associação dos Bombeiros de Sátão solicitou ao município a celebração do protocolo.*
- 3. Na reunião de câmara de 13 de janeiro de 2022, repito, 13 de janeiro de 2022, o órgão executivo, após uma explicação sucinta do Sr. Vereador Carlos Sousa que, como todos sabemos, exerce as funções de comandante operacional da corporação, aprovou, por unanimidade, a celebração de um protocolo para a criação da segunda equipa de intervenção.*
- 4. Curiosamente, estranhamente, ou inexplicavelmente, deixo aqui, à sua consideração, qual a melhor expressão a utilizar, a constituição da segunda equipa, prevista para o primeiro semestre de 2022, foi apenas concretizada no final do presente ano.*



5th
João

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Senhor Presidente, penso que é evidente para todos aqui presentes, e até para algumas pessoas lá fora, que algo impediu, adiou ou atrasou a constituição da segunda Equipa de Intervenção Permanente.

No dia 26 de março de 2022, em declarações ao Jornal do Centro, o Senhor Guilherme Almeida, Presidente da Federação de Bombeiros do Distrito de Viseu, afirmou, taxativamente, e passo a citar: "que as corporações dos Bombeiros Voluntários de Armamar, Cabanas de Viriato, Canas de Senhorim, Carregal do Sal, Cinfães, Nespereira, Mortágua, Nelas, Penedono, Sernancelhe e Sátão têm uma nova Equipa de Intervenção Permanente. O Governo autorizou a celebração de protocolos para criar 100 novas equipas, 11 no distrito de Viseu. As corporações que vão ficar com duas equipas têm salvaguardadas 16 horas. O cenário ideal é quando conseguirmos que cada corpo tenha cinco".

Senhor Presidente, permita-me sublinhar, perante esta Assembleia, que estas declarações são de março de 2022.

Como é evidente, Senhor Presidente, nesta matéria alguém está a faltar à verdade, visto que a sua resposta na sessão anterior contraria, claramente, quer a cronologia implícita na lei, quer as declarações produzidas pelo Presidente da Federação de Bombeiros do Distrito de Viseu.

Ora, quando constato que já há autarquias vizinhas com três, quatro, e até cinco Equipas de Intervenção Permanente, (Penalva, por exemplo, já tem três equipas), é absolutamente incompreensível e inaceitável a sua atuação em matéria de proteção civil.

É que caso tivesse sido constituída uma segunda equipa, conforme previsto, desejável, e expectável, dezasseis horas contínuas de atuação e prontidão operacional estariam salvaguardadas neste último verão, onde, conforme todos sabemos, se enfrentou seca extrema e acrescido risco de incêndio. A sua inação, pelo contrário, apenas permitiu assegurar oito horas de vigilância e proteção.

Questiono-me se esta Assembleia, se todos quantos me estão agora a ouvir, têm a noção da gravidade desta sua atuação.

Foi-me dito, Senhor Presidente, que um dos candidatos designados para integrar a segunda equipa, não reunia os requisitos pessoais legalmente exigidos, nomeadamente o 12º ano de escolaridade ou equiparado, e que essa situação motivou o atraso significativo na criação da segunda equipa. Atendendo aos vergonhosos casos de nepotismo que caracterizaram alguns dos procedimentos concursais ocorridos neste município, tal situação, a ser verdadeira, não me surpreende.

Surpreende-me, isso sim, e até me choca profundamente, que o serviço de proteção civil municipal tenha ficado refém de interesses menores, interesses que tenham colocado em causa a proteção dos bens e das vidas das populações.

Então, as questões que lhe coloco, Senhor Presidente, são as seguintes:

- 1. Em que data a Associação de Bombeiros comunicou à Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil o interesse em constituir uma segunda Equipa de Intervenção Permanente?*
- 2. Por que razões a segunda equipa não foi constituída no primeiro semestre de 2022?*
- 3. Tendo em conta tudo o exposto, e atendendo, por exemplo, à autorização dada para o lançamento de fogo de artifício durante as Festas de São Bernardo, num cenário completamente adverso e de enorme perigosidade, pergunto-lhe, Senhor Presidente, considera exemplar a sua atuação em matéria de proteção civil?*

Termino, Senhor Presidente, lembrando, mais uma vez, que a situação de seca extrema que enfrentámos no último Verão, potenciada pelas várias ondas de calor associadas às alterações climáticas, constituem uma ameaça séria à segurança das populações e dos seus bens.

Infelizmente, e pelo que se vai vendo, no Sátão, a proteção civil de âmbito municipal, não estará a ser devidamente acautelada.

Muito obrigado.»



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Presidente da Assembleia: Invocando o Regimento daquela Assembleia Municipal, referiu que nada obsta que ali vão falar todos, seja qual for o assunto. No entanto, alertou que deverão ser sucintos, conforme consta do aludido Regimento.

Rosa Simões: Referiu que a sua intervenção se prende com a Estratégia Local da Habitação Social do Município de Sátão. Relativamente a este assunto, levantou as seguintes questões, relativamente ao avanço dessa Estratégia, face ao que foi aprovado na Assembleia Municipal em 20/07/2020:

1º Foi criada alguma unidade de apoio à Equipa Local de Habitação Social? Se sim, qual a sua composição?

2º De acordo com o 1º Direito, quais as medidas adotadas no acesso à primeira habitação, que permitam a fixação de jovens em início da vida ativa?

3º Foi previsto o realojamento de 20 (vinte) famílias no Concelho: quantas foram realojadas?

4º Na aludida Estratégia, foi delineada a tipologia de cada habitação (T1=5; T2=3; T3=9; T4=3): já foram adquiridas algumas destas habitações?

Ricardo Almeida: Iniciou a sua intervenção dizendo que esta se dividia em duas partes distintas. A primeira tinha a ver com a entrada de Sátão, do lado de quem abandona a EN229 e entra pela rotunda, ou vem de Vila Nova de Paiva, pela Variante. A este respeito alertou para a falta de limpeza do espaço envolvente a essa via de circulação, questionando sobre de quem seria a responsabilidade de execução dessa limpeza e o que estava em falta para que fosse levada a cabo, pois sendo aquela uma das principais entradas na Vila, estava muito maltratada. A segunda dizia respeito à sua intenção de propor o seguinte voto de pesar:

«Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Padre António Marques Alexandre, no dia 20/11/2022, com 75 anos, ex-Pároco de Ferreira de Aves e de Águas Boas e Forles, durante 23 anos (de 1982 a 2005), pelo seu grande contributo na fundação do agrupamento de escuteiros 862 - Ferreira de Aves, e pelo seu permanente apoio aos jovens em diversas atividades, na música e na informática.»

Presidente da Assembleia: Comunicou que, após a resposta do Sr. Presidente da Câmara às intervenções vertidas neste ponto da ordem de trabalhos, poria à discussão o Voto de Pesar apresentado pelo Deputado Ricardo Almeida.

António José Carvalho (Pres. Junta de Freguesia de Sátão): Deu início à sua intervenção dizendo que trazia duas ou três questões, do foro mais genérico, para colocar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal. A primeira dizia respeito ao Património Religioso e Cultural e, estando um pouco interligado com o Ponto 5 da presente Ordem de Trabalhos - o Orçamento, tinha a ver com o apoio e preservação do Património Religioso, mais concretamente com o restauro da Capela da Nossa Senhora da Oliva, no Tojal. Considerando aquela uma obra importante tanto para a Freguesia como para o Concelho de Sátão, e tendo em conta já ter havido a preparação de uma Candidatura, ou pelo menos a abertura prevista de uma medida para proceder a esse restauro, perguntou se tinha havido alguma alteração, ou movimentação clara, no que diz respeito a essa Candidatura.

Um segundo ponto, tinha a ver com a diminuição do número de habitantes do Concelho. Embora se constate que a desertificação verificada seja algo transversal e não exclusivo do Concelho de Sátão, importava dizer que nos últimos 10 (dez) anos, segundo os Censos 2021, a nível concelhio perderam-se 1.414 residente, passando de 12.444 hab., em 2011, para 11.030 hab., no momento,



Handwritten signature and initials in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

podendo vir a ter implicações até com a Tipologia da Câmara Municipal nos próximos Censos. Considerando esta desertificação significativa e preocupante, perguntou se a Câmara Municipal dispunha de alguma Estratégia ou Planificação, a médio ou longo prazo e dentro do que era possível, para obstar aquela diminuição populacional.

Uma outra questão, prendia-se com a organização dos autocarros de Sátão para Viseu. Sendo esta uma questão que já tinha sido levantada, várias vezes, em sede de Assembleia de Freguesia de Sátão, embora desconhecendo se seria possível a Câmara Municipal intervir, solicitou que dentro das possibilidades do Município diligenciassem junto da Empresa de Transportes públicos que antecipasse, em 10 minutos, a saída do autocarro matinal que chega a Viseu às 08:40h, para que, deste modo, os estudantes que frequentam Escolas de Viseu, mas são residentes neste Concelho, cheguem atempadamente às aulas, sem terem que se levantar às 06:00h da manhã.

Como última questão abordou a situação em que se encontram alguns pinheiros junto da Estrada entre Sátão e o Eucalipto - Contige, os quais continuam a pôr em perigo pessoas e viaturas que ali passam, ameaçando cair para a via de circulação.

Rui Silva: Dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, referiu que, no início do ano, tinha ali feito três promessas para concretizar durante o mesmo: 1 poste de Luz; uma Rua alcatroada; uma Estrada de Vila Cova para Samorim. Estando no final do ano, perguntava se essas promessas estavam todas cumpridas.

Quanto a obras, chamou a atenção para as seguintes situações:

- Parque Infantil em Samorim - o piso não é o melhor (areia), principalmente no Inverno. Deveriam ser colocadas umas lombas para segurança das Crianças que, por qualquer motivo, podem dirigir-se para a Estrada, diminuindo, deste modo, a velocidade das viaturas que ali circulam. Também deveria ser colocada uma grelha/separação, pois os carros entram e estacionam no dito parque;
- Inexistência de Postes de Iluminação e passeios entre a Zona Industrial e Serrazela (Poça);
- Pavilhão Multiusos - para quando? Notou-se na Feira do Míscarro que um Pavilhão Multiusos faz muita falta em Sátão;
- Eucalipto de Contige - porque não decorá-lo na Quadra Natalícia, mostrando o que o Sátão tem de bonito?
- 5 milhões - porque não oferecer um *voucher* a todos os Munícipes residente no Concelho, no valor de, por exemplo, 25,00€, para gastarem no comércio local? Já que se lhes tira no IRS e no IMI, seria importante para todos receberem algo.

Presidente da Assembleia: Respondendo ao Sr. Deputado André Roxo, referiu que efetivamente tinham sido enviados vários e-mails com os documentos para a reunião que estava a decorrer. No entanto, tal situação deveu-se ao facto de, em virtude do elevado peso dos documentos, e porque alguns dos Srs. Deputados não acediam ao *WeTransfer*, foram fracionados os documentos e enviados em 3 e-mails. Mesmo assim, muitos destinatários não receberam os documentos porque os seus e-mails não os comportavam. Tendo recebido no e-mail da Assembleia Municipal a notificação de que alguns Membros da Assembleia não receberam as comunicações, houve necessidade de os reenviar; por isso, alguns Deputados receberam e-mails repetidos. Agradecendo o alerta e a sugestão, iria diligenciar no sentido de não se voltar a repetir a mesma situação.

Presidente da Câmara: Começando por responder ao Sr. Deputado Rui Silva, informou que o Pavilhão Multiusos constava no Plano e Orçamento que iria ser apresentado e discutido no ponto 5 da Ordem de Trabalhos daquela sessão, e descreveu, em pormenor, o Projeto idealizado para o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

dito Pavilhão, tendo já em vista o terreno para esse efeito. Quanto à oferta de *vouchers* aos Municípes, referiu que a Câmara já dispõe de uma iniciativa, denominado “Natal no comércio local - Ofereça Sátão”, que consistia num sorteio de vários prémios em dinheiro, pelos Municípes que fizeram as suas compras de Natal no Comércio Local e colocaram os *vouchers* (comprovativos) numa tombola colocada no átrio do Edifício dos Paços do Concelho expressamente para esse efeito. O valor total dos vários prémios a sortear era de 1.600,00€. Em relação ao Eucalipto de Contige, comunicou que a Câmara o tinha candidatado ao concurso de Árvore do Ano, estando a aguardar os resultados. Quanto a iluminá-lo, disse que será uma situação a cogitar. Em relação a Serrazela, informou que os postes de iluminação já tinham sido pedidos, mas quanto ao passeio, ainda não havia nada programado, no entanto ia ver o que seria possível fazer. Quanto a passeios, referiu as obras que tinham sido efetuadas: passeio de Muxós; passeio que liga Mioma ao Sátão; passeio que liga a Rua de Lescar ao Bussaquinho. Relativamente à estrada de ligação de Samorim a Vila Cova, disse que, para já, não estava prevista a sua execução. O que estava previsto, para 2023, era a construção da estrada de ligação entre Contige e Coucão.

Em resposta ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sátão, quanto ao Património Religioso e Cultural, mais concretamente à Capela da Senhora da Oliva, referiu que aquela Capela era dos poucos edifícios no domínio do Património Religioso que estava por requalificar. No entanto, após conversações com a Sr^a Diretora Regional do Centro (CCDR Centro), será possível candidatá-la ao Programa 2030. Sobre este assunto fez uma breve resenha de todas as diligências que foram encetadas até ao momento, para que fosse possível executar a intervenção necessária naquela Capela.

Em relação ao problema da diminuição da população do Concelho, disse que essa situação se verificava a nível nacional, como o Sr. Presidente da Junta também aludiu. Quanto às medidas adotadas, ou a adotar, pelo Município para reverter essa situação, referiu que pouco se poderia fazer. No entanto, na sua opinião, ao nível da Administração Central poderiam tomar algumas atitudes, criando, por exemplo, uma norma conjunta da Autoridade Tributária e da Segurança Social, no sentido de isentar de qualquer pagamento, durante um determinado período de tempo, as Empresas que se radicassem no interior do País, diminuindo, por exemplo o IRC e outros impostos. Desta forma, atenuava-se o decréscimo, potenciando-se o aumento populacional destas zonas onde se verifica maior desertificação.

Relativamente ao problema do autocarro, comunicou que desconhecia a situação porque, até ao momento, não lhe tinham feito chegar qualquer pedido a esse respeito. Disse ainda que aquele transporte eram carreiras entre dois Concelhos, sob a tutela da CIM. Nesse sentido, iria fazer chegar essa preocupação à CIM, auscultando a possibilidade de antecipação do horário referido.

Quanto ao estado de perigosidade dos pinheiros junto à estrada entre Sátão e o Eucalipto, informou que estavam a aguardar a intervenção dos Sapadores da CIM, para iniciarem a limpeza da Rede Primária nesse local e noutros que se encontram devidamente sinalizados pelos Serviços da Proteção Civil do Município.

Em resposta ao Sr. Deputado Ricardo Almeida, informou que os terrenos em causa eram privados e, embora o proprietário tenha procedido à sua limpeza há já algum tempo, nada mais pode fazer do que insistir junto deste para que efetue a necessária limpeza, pois a Câmara só interviria depois de esgotada esta solução. A limpeza daquele espaço é da responsabilidade do proprietário.

Respondendo à Sr^a Deputada Rosa Simões, no que dizia respeito à Estratégia Local de Habitação, referiu que pouco tinha sido feito, mas ainda estavam dentro do prazo, o qual termina em 2026. Informou ainda que, no momento, por ser obrigatório, estavam a ser revista a Estratégia Local de Habitação do Concelho de Sátão. Comunicou também que tinham adjudicado a elaboração dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

projetos da Habitação Urgente e Permanente do Concelho. Terminou este assunto dizendo que a Câmara jamais deixaria perder os apoios financeiros que lhe foram atribuídos para esse feito. Quanto ao 1º Direito, o Concurso a que a Câmara se candidatou, prendia-se com a aquisição/reconstrução de 20 casas/habitações para alojar 20 famílias de Etnia Cigana, mediante o pagamento de uma renda ao Município. Disse ainda que se essas famílias recusassem, a Edilidade poderia, obedecendo a determinadas condições, arrendá-las a outras famílias.

Respondeu ao Sr. Deputado Marco Girão, em relação à constituição das EIPs, que a Câmara não teve qualquer intervenção na seleção dos elementos que constituem esta EIP, nem na dos que constituem a outra EIP. Essa seleção não era da competência desta Edilidade. Quando ao Município ter sido prejudicado, independentemente da boa relação que sempre existiu entre as duas instituições (Câmara e Bombeiros), disse que não via como, até porque, desde há 20 anos, o ano de 2022, foi o terceiro ano com menor área ardida. Em relação à água, os Bombeiros deram o apoio que lhes foi solicitado e, embora houvesse um período com défice na qualidade da água, a verdade era que não houve falta de água e o Sátão esteve bem melhor do que os Concelhos à sua volta, ao contrário do que o Sr. Deputado vaticinou naquela Assembleia Municipal. Reiterou que a Câmara Municipal não teve qualquer interferência ou intervenção na formação/constituição das EIPs. Quanto ao atraso, este foi da parte do Sr. Secretário de Estado, segundo informação de que dispõe, como já referiu na anterior sessão daquela Assembleia. Em relação a criar uma terceira EIP, como diz que já existe em Penalva do Castelo, disse que, na sua opinião, colocará um ponto de interrogação no que diz respeito à justificação para a sua criação.

António José Carvalho (Pres. Junta de Freguesia de Sátão): Iniciou a sua intervenção dizendo que iria apenas prestar dois esclarecimentos às questões colocadas pelo Sr. Deputado Rui Silva que, no seu entendimento, eram importantes. Primeiramente, queria agradecer à Edilidade por Candidatar o Eucalipto de Contige a Árvore Nacional, mas também informar que a Junta de Freguesia de Sátão, para além do ano de 2022, já tinha efetuado essa Candidatura nos anos de 2018 e 2019, e só não a candidataram nos dois anos subsequentes por não ter havido concurso devido à Pandemia da COVID-19. Continuou dizendo que, embora o Sr. Presidente tenha falado verdade, não transmitiu toda a informação em relação à ligação de Samorim a Vila Cova. A este respeito referiu que essa obra tem vindo a ser reiteradamente solicitada, todos os anos, pela Junta de Freguesia de Sátão. Disse ainda compreender a opção da Edilidade, para 2023, em requalificar a ligação de Contige a Coucão, onde a Junta de Freguesia, ao abrigo dos Contratos Interadministrativos, investirá 20,000,00€ (vinte mil euros). No entanto, aquando desta opção, ficou já planificado que em 2024, a ligação entre Samorim e Vila cova seria uma realidade. Disse ainda que embora considerasse aquela obra de elevada importância para a Freguesia, a sua execução, para além de dispendiosa, não era fácil, apesar de muitas pessoas pensarem que sim. Terminou dizendo que para a Junta de Freguesia de Sátão, um investimento naquele valor, numa obra desse tipo, era substancial.

Presidente da Assembleia: Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Ricardo Almeida, referiu que a mesa da Assembleia Municipal aceitou a Proposta do Voto de Pesar pela morte do Sr. Padre António Marques Alexandre. Neste seguimento, colocou a referida proposta à votação, tendo esta sido aprovada, por unanimidade.

Não havendo mais ninguém para intervir, prosseguiu os trabalhos, passando ao ponto seguinte.

III ORDEM DO DIA



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

3. Informação de Compromisso para Anos Seguintes: aquisição de Serviços.

Presidente da Assembleia: Depois de uma breve introdução do assunto em título, concedeu a palavra ao Chefe da Unidade Financeira do Município de Sátão, Dr. Domingos Rodrigues.

Dr. Domingos Rodrigues (Chefe da UF): Tomou a palavra dizendo que a Informação sobre os Compromissos Plurianuais que estava ali em discussão e que os Srs. Deputados tinham recebido, tinha a ver com a Declaração que tinha sido apresentada e aprovada e sede de reunião de Assembleia Municipal, aquando da aprovação do Orçamento para o ano 2022. Disse ainda que, naquele caso específico, a informação em questão era referente à:

- aquisição de serviços de “Prestação de serviços na área da Terapia da Fala, no âmbito da Candidatura ao Plano de Promoção do Sucesso Educativo Viseu Dão Lafões”;
- aquisição de “Serviços de segurança e saúde no trabalho do Município de Sátão”;
- aquisição de “Frutas - Pré-escolar”;
- Aquisição de “Frutas - 1º Ciclo”.

Presidente da Assembleia: De seguida, colocou o ponto três da Ordem de Trabalhos à discussão, abrindo o período de inscrições para esclarecimentos sobre o assunto e título.

Inscrições: Ninguém se inscreveu.

Não havendo ninguém para intervir, O Sr. Presidente da Assembleia deu continuidade à sessão, passando ao ponto seguinte.

4. Discussão e votação da alteração de Caminho, no Lugar da Pereira - Ferreira de Aves, requerido por Afonso Santiago Fonseca.

Presidente da Assembleia: Colocou o ponto quatro da Ordem de Trabalhos à discussão,

Inscrições: Ninguém se inscreveu

Presidente da Assembleia: Não havendo mais intervenções, feita a discussão da alteração de Caminho, no Lugar da Pereira - Ferreira de Aves, requerido por Afonso Santiago Fonseca, esta foi posta à votação, tendo obtido o seguinte escrutínio:

Votos a favor: 28 (vinte e oito)

Votos contra: 0 (zero)

Abstenções: 0 (zero)

Estavam presentes 28 (trinta) membros na sala, pelo que, a alteração de Caminho, no Lugar da Pereira - Ferreira de Aves, requerido por Afonso Santiago Fonseca, foi aprovada, por unanimidade. Esta deliberação foi lavrada em Minuta.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

5. Análise Discussão e votação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano (2023 a 2025) - ano financeiro 2023.



[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Presidente da Assembleia: Após uma breve introdução do assunto em título, colocou o ponto cinco da Ordem de Trabalhos à discussão, dando a palavra ao Sr. Presidente da Câmara e ao Chefe da Unidade Financeira, Dr. Domingos Rodrigues.

Presidente da Câmara: Iniciou a sua intervenção dizendo que desde que era autarca aquele era o maior orçamento que ali apresentavam. Esse facto deveu-se essencialmente à Transferência de Competências, para a Autarquia, no ramo da Educação. Seguidamente, dizendo que o orçamento tinha sido elaborado numa perspetiva de coesão fez uma breve abordagem ao Documento em discussão neste ponto, referindo o seguinte:

- Educação - disse que continuavam com: as refeições e transportes escolares; distribuição de fruta nos jardins de Infância; atividades extracurriculares; promoção do sucesso educativo; pagamento dos livros/cadernos de fichas; pagamento à Terapeuta da fala; pagamento de metade da mensalidade das Creches; obras no Jardim de Infância e Escola do 1º Ciclo de Rãs; colocação de quadros interativos em todos os Jardins de Infância e em todas as salas das escolas do 1º Ciclo.
- Ação Social - depois de fazer um ponto de situação referente à Transferência de Competências neste ramo, referiu que no documento em discussão estava expresso que continuavam em vigor: o Regulamento de apoio às pessoas desfavorecidas; apoio à Natalidade; Projeto Idade + Ativa; apoio às IPSS p/ obras; apoio aos refugiados/deslocados Ucrrianos. Em relação à habitação e aos serviços coletivos, referiu que estavam a trabalhar nos programas/projetos que lhes estavam afetos.
- Saúde - como era da responsabilidade da Administração Central, a Câmara pouco tem feito. No momento paga a 3 funcionárias, uma no Centro de Saúde de Sátão, outra na Extensão de Saúde de Avelal e outra na Extensão de Saúde de Ferreira de Aves, para que possam funcionar.
- Desporto, Lazer e Cultura - continuam com: piscina e ginásio Municipais; vários Polidesportivos; trilhos e rotas pedestres; construção de um Centro de BTT; Parques de Manutenção; aulas de Ballet e hip-hop; Escola de Teatro; Parque Ambiental da Alameda; Museu de Arte Naïf, que, segundo a Empresa adjudicatária, estará pronto em janeiro/2023; Praia do Trabulo; Parque do Bussaquinho; Feira do Míscaru; Festas de São Bernardo; Dia Mundial da Criança.
- Na Câmara Municipal - continuam com: Gabinete da Agricultura; Gabinete de Apoio ao Emigrante (GAE); Gabinete de Inserção Profissional (GIP); Canil Intermunicipal (AMMAPS); Espaço de Cidadão.
- Rede viária - não havendo verba, no Programa 2030, para esse tipo de obras, a CIMVDL, solicitou a todos os Municípios que elaborassem um levantamento de todas as necessidades ao nível de obras da rede viária de cada Concelho, dando-lhes conhecimento, posteriormente. No entanto, continuam a apostar nas obras de: Ligação da EN229 à EN329; Ponte do Vouga; Ligação da Miusã ao Barro Branco; Muro de suporte ao Cemitério.
- Água - o Município oferece uma cobertura de rede de abastecimento de água de consumo humano de 90%. Comunicou que se irá iniciar a construção uma ETA no Vouga.
- Saneamento - ligação do Vale de Macieiras; ligação de uma parte, em falta, da Rua Sá Carneiro; ETARs de Contige e Samorim, e alteração da ETAR de Rio de Moinhos.
- . Obras: "Mobilidade Suave"; "Ciclovia"; **Ligação da Praça Paulo VI ao Espaço envolvente ao Cemitério**; "Sátão + acesso – Praça Paulo VI" e "Sátão + acesso – Largo Mártir São Sebastião e áreas envolventes".
- Turismo - Anta de Casfreires; Senhora da Oliva; Portal/Plataforma web de Gestão Turística; Criação de várias Apps; Apoio aos Mercados de Sátão, Lamas.
- Indústria: alargamento do Parque Industrial do Alto da Ucha.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

- Eficiência Energética - dotar Escolas, Paços do Concelho, Biblioteca, entre outros edifícios, de painéis fotovoltaicos.

- Comércio - Candidatura aos "Bairros Digitais" - Plataforma de venda, onde os comerciantes poderão colocar os seus produtos à venda.

Terminou a sua intervenção dizendo que a sua alusão ao Plano e Orçamento para 2023, tinha sido uma abordagem muito superficial, porque para uma explicação mais técnica, estava ali o Chefe da Unidade Financeira, Dr. Domingos Rodrigues.

Dr. Domingos Rodrigues (Chefe da Unidade Financeira): Interveio explicando técnica e detalhadamente o documento em discussão efetuando uma explanação elucidativa, no que concerne às verbas e rubricas inscritas no Plano e Orçamento para 2023.

Inscrições: Ricardo Almeida; Presidente da Junta de Freguesia de Sátão (António José Carvalho):

Ricardo Almeida: Interveio dizendo o seguinte:

«Um dos principais problemas que afeta o nosso concelho é a desertificação, como o meu caro colega Tiago Rebelo lembrou nesta mesma assembleia há um ano atrás, a CMS apresentou no orçamento de 2022 quase nada com vista a melhoria e captação de nova população da idade ativa do concelho que é apenas 58,5%.

Um ano passou, e o orçamento de 2023, além de ser em grande parte, cópia de 2022, continua sem apresentar modernidade, ideias novas e diferenciadores. Mas como eu sou um homem de pouca conversa política e mais de conversas de factos, apresento a esta assembleia o 5G!

... Pelas vossas caras ninguém ficou admirado, já toda a gente ouviu falar do 5G, mas fico triste quando procuro no orçamento 2023 as palavras "Internet" - 0 vezes encontrada; "Redes de comunicação" - 0 vezes encontrada; "Telecomunicações" - 0 vezes encontrada; "Antena" - 0 vezes encontrada. Como é possível!? Estamos em 2022 a olhar para 2020?!

Vivemos agora um período que pode ser uma verdadeira oportunidade para combater a desertificação no interior!

Desde a pandemia que nasceu um sentimento de maior apreço e apelo pela qualidade de vida que o interior do país pode proporcionar, que o Sátão pode proporcionar.

E, por outro lado, também existe um número crescente de empresas que passaram a aceitar o teletrabalho. Trabalhar a partir de casa é uma tendência que não irá desaparecer e que continuará a ganhar peso. No orçamento de 2023 não há nada relacionado com isto, mas bem sei que a CMS lançou um espaço de coworking, isto é, muito simplificadamente, um espaço de trabalho partilhado para várias empresas. Queria saber como esta a correr? Temos procura?

Parabéns, uma boa medida, mas penso que está muito mal vendida. Quem nesta sala sabia da existência disto no Sátão?!

Fazer para quê? Pra inglês ver?!

Este orçamento podia e devia servir de impulsionador de coisas como o "coworking", mas, para isto poder acontecer é necessário que exista uma rede de comunicação e internet fiável.

Mas em certa medida, até entendo o porquê de ainda pouco se falar de 5G no Sátão, se nós nem no 3G e 4G estamos bem quando mais o 5G?!

O meu exemplo, rede MEO, vou daqui à aldeia histórica do Castelo - Ferreira de Aves, a chamada corta 2-3 vezes; vou daqui ao novo polo industrial de Sátão, que já tem 6 anos e nem fibra tem, a chamada corta novamente... Aproveito esta minha intervenção para perguntar também aos respetivos presidentes de junta, se têm em andamento algum tipo de ação para este problema que já foi levantado até na última campanha eleitoral.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including what appears to be 'PB' and a large flourish.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Precisamos de intervir nesta área com muito afinho. A internet é como a autoestrada do futuro; se já perdemos as autoestradas de alcatrão, não podemos perder esta. Obrigado.»

António José Carvalho (Pres. Junta de Sátão): Iniciou a sua intervenção dizendo que deixava apenas duas reflexões. A primeira tinha a ver com as Juntas de Freguesia. No que lhes diz respeito, os recursos são cada vez mais escassos. e as responsabilidades são cada vez maiores. Assim, um reforço das verbas atribuídas às Juntas de Freguesia do Concelho seria bem-vindo e bem aproveitado. A segunda reflexão prendia-se com o orçamento apresentado. Quanto a este assunto, referiu que, apesar de ser bastante elevado, em comparação com outros orçamentos ali apresentados, alertou para o facto de que as despesas correntes continuarem a ultrapassar metade das despesas em orçamento em 2023, cifrando-se em 53,35%, sendo, por conseguinte, mais elevadas do que as despesas de capital. Num outro aspeto que chamou à atenção, disse que as verbas do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), ascendem a cinco milhões duzentos e setenta mil euros, e as despesas com o pessoal ascendem a cinco milhões duzentos e sete euros, isto é: o FEF é praticamente gasto nas despesas com o pessoal, que representam 55,65% das despesas correntes, o que, no entender daquela Junta de Freguesia, era algo preocupante.

Presidente da Câmara: Respondendo ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sátão, no que dizia respeito ao reforço de verbas, referiu que esse reforço tinha sido efetuado, no ano passado, em 50%, nos Acordos de Execução. Relativamente a este assunto, disse ainda que, o orçamento também se encontrava um pouco “empolado” porque, algumas Freguesias, não tinham gasto a verba que lhes foi atribuída e que, for esse facto, tinha transitado para o ano seguinte. Neste seguimento perguntou retoricamente: “se não gastam a verba que lhes é atribuída, para quê um reforço?” Contudo, comprometeu-se a pensar no assunto e que, para 2024, caso os Srs. Presidentes de Junta continuem interessados, reunirão para discutir o reforço dessa verba. Solicitou, também, aos Srs. Presidente de Junta, que gastem/utilizem os montantes que lhes foram atribuídos, no ano a que dizem respeito. Quanto ao valor a que se refere para despesas com o pessoal, informou que crescem à conta que o Sr. Presidente da Junta fez, cerca de dois milhões, que vêm da Educação para pagar ao pessoal que, por força da Transferência de Competência nesse Ramo, veio para a Câmara Municipal. Respondendo ao Sr. Deputado Ricardo Almeida, referiu que o *coworking* já funciona há algum tempo, sendo facto que tem havido poucos utilizadores, mais precisamente, duas pessoas. Informou que o *coworking* destina-se a indivíduos de fora do Concelho que se instalem cá, em teletrabalho. Relativamente ao problema da Internet, da Fibra Ótica e dos telefones, disse que, embora não dependa da Câmara esta tem envidado esforços no sentido de resolver a situação. Enumerando os Lugares que já dispõem de Fibra Ótica, referiu que as respostas que tem obtido às suas solicitações prendem-se com o insuficiente número de pedidos efetuados por Municípios. Deu ainda como exemplo a Antena transmissora que foi colocada nas Pedrosas. Esta está ao dispor das operadoras para que se instalem lá, no entanto, devido ao número de utilizadores, embora já tivessem sido contactadas pelo Município, não têm interesse em ali se instalarem.

Presidente da Assembleia: Não havendo mais ninguém para intervir, feita a discussão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano (2023 a 2025) - ano financeiro 2023, este foi posto à votação, tendo obtido o seguinte escrutínio:

Votos a favor: 19 (dezanove)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Votos contra: 7 (sete) - *André Roxo Xavier de Sá, António Carlos Rodrigues, Marco Augusto Lopes Almeida Girão, Maria Lurdes Gonçalves Almeida, Ricardo Filipe Moreira de Almeida, Lisa de Almeida Marques, Rosa Maria Saraiva Simões,*

Abstenções: 3 (três)

Estavam presentes 29 (vinte e nove) membros na sala, pelo que, o Orçamento e das Grandes Opções do Plano (2023 a 2025) - ano financeiro 2023, foi aprovado, por maioria.

Esta deliberação foi lavrada em Minuta.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

6. Discussão e votação do Mapa de Pessoal para 2023.

Presidente da Assembleia: Após a introdução do assunto em título, colocou o ponto seis da Ordem de Trabalhos à discussão.

Presidente da Câmara Municipal: Disse que, apesar de diferente, este ano, o documento em discussão neste ponto - Mapa de Pessoal -, apresentava uma elaboração mais cuidada e detalhada e, por isso, mais completo. Referiu ainda que se encontrava na sala a Chefe da Divisão de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos, Dr^a Carla Albuquerque, disponível para responder às questões dos Srs. Deputados, sobre qualquer dúvida que possam ter, e prestar todos os esclarecimentos que julgassem necessários.

Inscrições: Não houve Inscrições

Presidente da Assembleia: Não havendo mais ninguém para intervir, feita a discussão do Mapa de Pessoal para 2023, este foi posto à votação, tendo obtido o seguinte escrutínio:

Votos a favor: 21 (vinte e um)

Votos contra: 0 (zero)

Abstenções: 8 (oito)

Estavam presentes 29 (vinte e nove) membros na sala, pelo que, o Mapa de Pessoal para 2023, foi aprovado, por maioria.

Esta deliberação foi lavrada em Minuta.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

7. Discussão e votação da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal - assunção de compromissos plurianuais - Orçamento para o ano de 2023.

Presidente da Assembleia: Antes de colocar o assunto em título à discussão, referiu que o mesmo já tinha sido abordado no ponto 3 da presente ordem de trabalhos, e que, para além de ser ali discutido todos os anos. Disse ainda que era necessária a aludida autorização, por forma a agilizar os trabalhos da Câmara, naquela matéria. Seguidamente, questionando a Assembleia sobre a dispensa de mais explicações do assunto, por parte do Sr. Presidente da Câmara e do Chefe da Unidade Financeira, Dr. Domingos Rodrigues, e obtendo a concordância de todos, colocou o ponto sete da Ordem de Trabalhos à discussão.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Inscrições: Ninguém se inscreveu.

Presidente da Assembleia: Não havendo mais intervenções, feita a discussão da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal - assunção de compromissos plurianuais - Orçamento para o ano de 2023, esta foi posta à votação, tendo obtido o seguinte escrutínio:

Votos a favor: 29 (vinte e nove)

Votos contra: 0 (zero)

Abstenções: 0 (zero)

Estavam presentes 29 (vinte e nove) membros na sala, pelo que, a autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal - assunção de compromissos plurianuais - Orçamento para o ano de 2023, foi aprovada, por unanimidade.

Esta deliberação foi lavrada em Minuta.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

8. Discussão e votação da fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP).

Presidente da Assembleia: Referindo que a Taxa em discussão era suportada pelas empresas, colocou o ponto oito da Ordem de Trabalhos à discussão, concedendo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.

Presidente da Câmara: Reiterando a informação do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, disse que se mantinha a proposta que já vem sido feita há vários anos, isto é: 0,25%.

Inscrições: Não houve inscrições.

Presidente da Assembleia: Não havendo mais intervenções, feita a discussão da fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), esta foi posta à votação, tendo obtido o seguinte escrutínio:

Votos a favor: 29 (vinte e nove)

Votos contra: 0 (zero)

Abstenções: 0 (zero)

Estavam presentes 29 (vinte e nove) membros na sala, pelo que, a fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), foi aprovada, por unanimidade.

Esta deliberação foi lavrada em Minuta.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

9. Discussão e votação da Proposta de fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para vigorar no ano de 2023.

Presidente da Assembleia: Colocou o ponto nove da Ordem de Trabalhos à discussão, concedendo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Presidente da Câmara: Dizendo que nesta sua intervenção abordaria não só o ponto em título, mas também o ponto 10, referiu que, tal como nos anos anteriores, o Município mantinha a proposta de 0,3%, para os prédios urbanos.

No que diz respeito ao assunto do ponto 10, também como tem vindo a ser feita em anos anteriores, mantém-se a proposta de redução de IMI, conforme o número de dependentes.

Inscrições: Ninguém se inscreveu.

Presidente da Assembleia: Não havendo mais intervenções, feita a discussão da Proposta de fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para vigorar no ano de 2023, esta foi posta à votação, tendo obtido o seguinte escrutínio:

Votos a favor: 22 (vinte e dois)

Votos contra: 7 (sete) - *André Roxo Xavier de Sá, António Carlos Rodrigues, Marco Augusto Lopes Almeida Girão, Maria Lurdes Gonçalves Almeida, Ricardo Filipe Moreira de Almeida, Lisa de Almeida Marques, Rosa Maria Saraiva Simões,*

Abstenções: 0 (zero)

Estavam presentes 29 (vinte e nove) membros na sala, pelo que, a Proposta de fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para vigorar no ano de 2023, foi aprovada, por maioria. Esta deliberação foi lavrada em Minuta.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

10. Discussão e votação da Proposta de redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – Ano 2023.

Presidente da Assembleia: Tendo em conta a explicação supra do Sr. Presidente da Câmara, colocou o ponto nove da Ordem de Trabalhos à discussão.

Inscrições: Não houve Inscrições.

Presidente da Assembleia: Não havendo mais intervenções, feita a discussão da Proposta de redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – Ano 2023, esta foi posta à votação, tendo obtido o seguinte escrutínio:

Votos a favor: 29 (vinte e nove)

Votos contra: 0 (zero)

Abstenções: 0 (zero)

Estavam presentes 29 (vinte e nove) membros na sala, pelo que, a Proposta de redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – Ano 2023, foi aprovada, por unanimidade.

Esta deliberação foi lavrada em Minuta.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

11. Discussão e votação da Proposta de fixação da participação variável no IRS/2023.

Presidente da Assembleia: Colocou o ponto onze da Ordem de Trabalhos à discussão, concedendo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Presidente da Câmara: Relativamente ao ponto em discussão referiu que a Câmara Municipal, propôs os mesmos 5%, percentagem que vem sido mantida há já alguns anos, percentagem esse que dá ao Município um valor na ordem dos 353.000,00€. Disse ainda que, a razão pela qual não propôs a diminuição da referida percentagem, prendia-se com o facto de, na sua opinião, “*aqueles que mais ganham têm o dever de ajudar aqueles que menos ganham*”. Disse ainda que, a Câmara poderia aplicar essa verba com medidas que ajudassem aqueles que mais precisam, como tem vindo a fazer, como por exemplo, no apoio ao pagamento das creches.

Inscrições: Marco Girão; Ricardo Almeida.

Marco Girão:

«Exmº Sr. Presidente do Município

Uma das principais características das democracias desenvolvidas assenta na existência de classes médias fortes, com um bom nível de acesso à educação, à saúde e ao bem-estar, propiciadoras, por esse conjunto de condições, de consolidados e saudáveis núcleos familiares, esteio fundamental das nações mais avançadas.

Precisamente, essa foi uma das armas que permitiram o triunfo das economias de mercado face aos estados de economia planificada, tendo as sociedades ocidentais, livres e esclarecidas, beneficiado dessas tais classes médias, detentoras de um forte poder de compra, um fator dinamizador, por si só, de economias muito mais pujantes e atrativas.

Mesmo Salazar, que não era propriamente um adepto da mobilidade social, nem da existência de uma sociedade rica, desenvolvida e esclarecida, não deixou de privilegiar uma pequena, mas importante, classe média, constituída por pequenos proprietários, comerciantes e funcionários públicos, que durante muito tempo foi um dos sustentáculos do regime, pois além de conservadora na sua natureza, vivia receosa dos desmandos do comunismo.

Serviu esta introdução para lhe dizer, digo mais, para o esclarecer, que a sua visão de que a devolução da participação variável no IRS aos municípios é algo que só beneficia os ricos e os mais privilegiados, é uma visão errada e desinformada, porque sustentada em pressupostos enviesados e, por isso, perniciosos quanto ao resultado.

Devolver o IRS aos municípios, contrariamente ao que defende, ajudaria agregados que têm filhos na universidade, ajudaria agregados que atualmente se debatem com um generalizado aumento do custo de vida, ajudaria muitos agregados que têm agora de lidar com um expressivo aumento dos juros do crédito à habitação, enfim, ajudaria agregados que, não sendo propriamente pobres, estão longe de serem os ricos que o Sr. Presidente sempre disse que esta medida iria beneficiar.

Mas para que o Sr. Presidente, e restantes membros desta Assembleia, fiquem cientes de que eu não serei o único a pensar desta maneira, deixo-vos aqui uma lista de municípios, de pequena dimensão, que em 2022 resolveram devolver às suas populações, a totalidade dos 5% de IRS a que tinham direito: Aguiar da Beira, Almeida, Boticas, Carrazeda de Ansiães, Gavião, Figueira de Castelo Rodrigo, Manteigas, Mortágua, Oleiros, Sabrosa, Vila Flor, Penedono.

Mesmo olhando aqui para o lado, municípios como Penalva do Castelo, Mangualde, Nelas, Tondela e Viseu, devolveram 1% do IRS às famílias, dando assim um pequeno sinal de apoio e preocupação numa medida, para todos os efeitos, emblemática.

Significa tudo isto, Sr. Presidente, que devolver o IRS às famílias seria um sinal de forte comprometimento para com quem decidiu fixar-se nesta nossa terra, aqui criar os seus filhos, contribuindo dessa forma para a existência de um tecido social consistente e gerador de riqueza. No fundo, devolver o IRS às famílias é ajudar as pessoas que, ao aqui residirem, demonstraram o seu apreço e carinho por este concelho.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Sr. Presidente

Relativamente aos rendimentos do ano de 2022, 170 concelhos deste país decidiram devolver, no todo ou em parte, a sua participação no IRS gerado nesses concelhos aos respetivos municípios.

Vou repetir:

Relativamente aos rendimentos do ano de 2022, 170 concelhos deste país decidiram devolver, no todo ou em parte, a sua participação no IRS gerado nesses concelhos aos respetivos municípios.

Como todos sabemos, o concelho de Sátão não foi um deles.

Este ano verifica-se, mais uma vez, que por incompetência, por teimosia, ou por total insensibilidade, V. Ex^a decidiu de igual forma, contra os interesses do concelho e contra os interesses das respetivas populações.

Por tudo o exposto, voto contra.»

Presidente da Câmara: Respondeu ao Sr. Deputado Marco Girão, dizendo que não via qualquer relação entre a diminuição da participação do IRS e a fixação de pessoas no Concelho, até porque se essa situação se verificasse, rapidamente mudaria de opinião. Disse ainda que a proposta apresentada não era uma questão de insensibilidade, mas sim uma questão de olhar, sobretudo, para muita gente do Concelho que não paga IRS e que vive com dificuldade, arranjando formas de os ajudar. Embora referisse que a comparação com outros Concelhos não lhe dizia nada, perguntou ao Sr. Deputado se na sua pesquisa viu quantos daqueles 170 Concelhos pagavam metade das Creches, quantos pagavam a totalidades dos cadernos/livros de fichas escolares dos alunos do 1º Ciclo, quantos forneciam a fruta escolar aos Jardins de Infância, e quantos pagavam a totalidade dos transportes escolares. Continuou dizendo que seria insensível se praticasse as sugestões indicadas pelo Sr. Deputado. Até porque considera que solidariedade social era receber dos que mais pagavam, porque também mais recebiam, para ajudar aqueles que mais precisam; essa sim, sempre foi e será a sua linha de conduta. Terminou dizendo que a sua posição foi sempre a seguinte: *“Numa sociedade desenvolvida, como é a dos os países nórdicos e outros, todos devem pagar aquilo que têm que pagar, porque só dessa maneira é que conseguimos ter uma sociedade melhor e mais ativa.”*

Ricardo Almeida: Iniciou a sua intervenção dizendo que sobre o assunto em discussão só queria acrescentar uma observação, que tinha a ver com a afirmação do Sr. Presidente, na sua intervenção no período antes da ordem do dia, quando referiu que uma medida contra a desertificação, seria o Governo diminuir o IRC e outros impostos das Empresas que se radicassem no interior. Sugeriu ao Sr. Presidente que pensasse nesse exemplo, pois tendo nas mãos a possibilidade de alterar uma taxa de um Imposto, reduzindo ou eliminando a mesma, optava por propor sempre a taxa máxima. Terminou dizendo que, na sua opinião, o Concelho não necessitava de sedes das empresas, mas sim das pessoas dessas empresas.

Presidente da Câmara: Respondeu dizendo que na intervenção que o Sr. Deputado aludiu, tinha falado das empresas e não das pessoas, e que a taxa que se estava ali a discutir era individual, de cada indivíduo, e não coletiva. No entanto, concordando com o Sr. Deputado ao dizer que o Sátão precisava das pessoas e não das empresas, referiu que não vislumbrava forma de fixar as pessoas se não tivesse postos de trabalho para lhes oferecer. Assim sendo, só tendo empresas sediadas no Concelho, com postos de trabalho disponíveis, é que se podem atrair pessoas para se fixarem no Município.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Presidente da Assembleia: Não havendo mais intervenções, feita a discussão da Proposta de fixação da participação variável no IRS/2023, esta foi posta à votação, tendo obtido o seguinte escrutínio:

Votos a favor: 20 (vinte)

Votos contra: 9 (nove) - *André Roxo Xavier de Sá, Sandra Almeida Cravo Fonseca, António Carlos Rodrigues, Marco Augusto Lopes Almeida Girão, Maria Lurdes Gonçalves Almeida, Ricardo Filipe Moreira de Almeida, Lisa de Almeida Marques, Rosa Maria Saraiva Simões, António José Filipe Carvalho (Pres. Junta de Sátão).*

Abstenções: 0 (zero)

Estavam presentes 29 (vinte e nove) membros na sala, pelo que, a Proposta de fixação da participação variável no IRS/2023, foi aprovada, por maioria.

Esta deliberação foi lavrada em Minuta.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

12. Discussão e votação do Acordo de Financiamento para pagamento de obrigações de serviço público no ano de 2023 e do Acordo de Financiamento no âmbito do Concurso Público a lançar.

Presidente da Assembleia: Colocou o ponto doze da Ordem de Trabalhos à discussão, concedendo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.

Presidente da Câmara: Começou por dizer que aquele assunto se prendia com os Contratos Interadministrativos celebrados entre o Município e a CIMVDL, relativamente aos transportes públicos. Nesse seguimento, era necessária a autorização da Assembleia Municipal de Sátão, bem como das Assembleias Municipais dos outros 13 Municípios que compõem a CIMVDL, para que esta proceda à abertura de concurso público internacional, neste ramo, pois o anterior Concurso ficou deserto. Entretanto, enquanto decorrer todo o procedimento concursal, e até à contratação, é necessário efetuar pagamentos relativos aos transportes intermunicipais, pagamentos esses da responsabilidade dos Municípios. Assim sendo, e referindo-se aos valores em questão, disse que para concretização dos dois aspetos referenciados em título, era necessário delegar na CIMVDL, ao abrigo dos referidos Contratos Interadministrativos, autorização para esse efeito.

Inscrições: Não houve inscrições.

Presidente da Assembleia: Não havendo mais intervenções, feita a discussão do Acordo de Financiamento para pagamento de obrigações de serviço público no ano de 2023 e do Acordo de Financiamento no âmbito do Concurso Público a lançar, no âmbito das atividades exercidas ao abrigo dos contratos interadministrativos de delegação de competências relacionadas com o sistema de mobilidade e serviço público de transporte de passageiros, o assunto foi posto à votação, tendo obtido o seguinte escrutínio:

Votos a favor: 29 (vinte e nove)

Votos contra: 0 (zero)

Abstenções: 0 (zero)

Estavam presentes 29 (vinte e nove) membros na sala, pelo que, o Acordo de Financiamento para pagamento de obrigações de serviço público no ano de 2023 e do Acordo de Financiamento no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

[Handwritten signatures in blue ink]

âmbito do Concurso Público a lançar, no âmbito das atividades exercidas ao abrigo dos contratos interadministrativos de delegação de competências relacionadas com o sistema de mobilidade e serviço público de transporte de passageiros, foram aprovados, por unanimidade.

Esta deliberação foi lavrada em Minuta.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

13. Informação sobre a Situação Financeira do Município.

e

14. Informação sobre a Atividade Municipal e outros assuntos de interesse concelhio.

Presidente da Assembleia: Referiu que, à semelhança das reuniões anteriores, e se nenhum Deputado se opusesse, sem menosprezar nem retirar a importância de cada um dos pontos, colocava os pontos sete e oito da Ordem de Trabalhos à discussão, abrindo as inscrições.

Inscrições: Carlos Rodrigues; Marco Girão.

Carlos Rodrigues: Começou por dizer que, já que tanto se falou ali do Eucalipto de Contige, decidiu fazer uma intervenção. Assim, no seguimento das Candidaturas a Árvore do Ano, com as quais se congratula, e da sugestão do Sr. Deputado Rui Silva, a qual ele próprio já havia feito diversas vezes, reiterava essa sugestão de iluminar aquela árvore e proceder ao devido arranjo em volta do Eucalipto, pois parece-lhe que merece um pouco mais de atenção. Referiu, ainda que se essa iluminação fosse concretizada o Sátão poderia ter a maior Árvore iluminada da Europa, sendo um ícone para o Município. Continuando a sua intervenção referiu que outra situação que queria abordar e que o deixava um pouco triste era a falta de reconhecimento, por parte da Câmara, aos concidadãos do Concelho, pois via-se concidadãos a serem distinguidos a nível Nacional, como por exemplo, o Dr. Rebelo Marinho, que tinha recebido uma Fénix de Honra, da Liga de Bombeiros Portugueses, e a nível Concelhio nada era feito. Havia também jovens do Concelho que recebiam prémio a nível Nacional e a Câmara deixava esse reconhecimento muito aquém. Sobre este assunto, disse que, já há alguns anos, falou-se naquela Assembleia, na criação de uma Comissão para rever um Regulamento para entrega de medalhas de Honra ou de Mérito aos Cidadãos do Concelho. Na sua opinião, esse reconhecimento/distinção, poderia contribuir para que, quem os recebesse, se dedicasse ainda com mais afínco e continuassem a salientar-se pelos seus feitos, nas mais diversas áreas. Disse ainda que seria importante que, no dia do Município, se realizasse uma sessão solene, onde se procedesse à entrega de medalhas, em sinal de reconhecimento. Terminou a sua intervenção desejando a todos os presentes um Santo e Feliz Natal e Boas Festas.

Marco Girão:

«Senhor Presidente do Município,

A atribuição de subsídios pela autarquia a outras instituições sem fins lucrativos, sedeadas no concelho, representa uma das mais importantes formas de apoio ao associativismo e à vitalidade da sociedade civil, devendo continuar a ser estimulada com empenho por todos nós.

Contudo, e sem pretender colocar em causa o mérito da atribuição dos subsídios às instituições e associações que desenvolvem atividades e servem as populações, é de conhecimento generalizado a ampla discricionariedade de que tem feito uso ao longo dos seus diversos mandatos, colocando assim em causa uma desejável necessidade de transparência na atribuição dessas verbas.



[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Consigo ao leme desta câmara assistimos à desvalorização sistemática da clareza e da transparência, enquanto a opacidade e a ausência de escrutínio são as normas seguidas em muitos dos procedimentos instituídos. Essa situação em nada favorece a missão das instituições subsidiadas e o apoio às suas iniciativas, uma vez que permite lançar suspeições sobre as motivações, muitas vezes legítimas, admito, da autarquia.

Significa isso que considero importante assegurar que a atribuição de subsídios pela autarquia se faça num contexto de transparência, com a introdução de regras na prossecução desse objetivo, nomeadamente através do acesso a todos os interessados, de forma agilizada, dos elementos relativos aos montantes, às entidades beneficiadas e aos documentos que suportam e comprovam as transferências, promovendo deste modo a transparência e a equidade em todos os procedimentos.

Vem tudo isto a propósito do relatório das Festas de São Bernardo, que finalmente, se dignou a apresentar.

Senhor Presidente, tenho de recordar esta Assembleia que V. Ex^a ainda não conseguiu apresentar um argumento convincente que justifique a intervenção da Associação dos Bombeiros Voluntários no processo de realização das festas do concelho. Mais lhe digo, este é um perfeito exemplo da opacidade e ausência de transparência que são apanágios da sua liderança.

Em primeiro lugar sabemos que a Associação de Bombeiros nunca pediu para organizar as Festas de São Bernardo. Sabemos, igualmente, que a câmara sempre definiu os programas, escolheu os artistas, mas, inexplicavelmente, foi sempre a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Sátão que pagou.

Esses pagamentos, feitos pela Associação de Bombeiros Voluntários, têm sido financiados na totalidade pelo município, ou no âmbito da celebração de um protocolo, o procedimento habitual em anos anteriores, ou através da atribuição de um subsídio, novidade neste ano de 2022.

Mais uma vez, mistério: porquê um subsídio neste ano de 2022?

Analisando a situação, e considerando, também, a ausência de respostas às questões colocadas na última reunião, sou levado a concluir que, uma vez que a Associação dos Bombeiros Voluntários não organiza as festas, a mesma limita-se a ser um mero intermediário, um veículo através do qual circulam as verbas destinadas a financiar as festas do município que, como todos já sabemos, são de facto organizadas pela autarquia.

O relatório que aqui tenho faz prova disso mesmo. Todos os eventos que decorrem ao longo das festas são organizados pela autarquia, mas a parte significativa do bolo financeiro, som, palco e artistas são pagos pela Associação dos Bombeiros Voluntários.

O que é aqui pretendido? Financiar, de modo obscuro, a Associação, ou ocultar certos e determinados pagamentos do escrutínio público?

Todas as especulações e todas as suposições são legítimas a partir do momento em que apresenta um documento desta natureza. Não questionando as despesas realizadas pelo município, essas sim, sujeitas a um processo administrativo, processo esse desenhado para assegurar transparência e controlo, o maior valor, aquele atribuído à Associação dos Bombeiros Voluntários, carece de credibilidade, pois não está suportado por nada mais do que um alinhar de números numa simples folha de papel.

Se todo o processo causa espanto e perplexidade, o relatório que nos apresentou só serve para aumentar dúvidas, em vez de as dissipar. Este documento, Senhor Presidente, é uma afronta aos poderes de fiscalização desta Assembleia e um desrespeito a toda a oposição.

Termino, Senhor Presidente, lembrando-lhe um episódio ocorrido há cerca de um ano nesta Assembleia. No seguimento da minha intervenção referente à apreciação do orçamento municipal, e na sequência de uma referência minha à contratação pública, desafiou-me V. Ex^a, num tom exaltado e inflamado, a criar uma qualquer comissão para escutinar os ajustes diretos realizados pela



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

autarquia, afirmando que me abriria as portas do município e me facultaria todos os documentos que entendesse e desejasse.

Pois bem, Senhor Presidente, quero hoje aproveitar a sua generosidade e solicitar-lhe todos os contratos, todas as faturas e os demais recibos, relativos ao som, aos palcos e aos artistas contratados para as Festas de São Bernardo, cujos pagamentos, alegadamente, foram feitos pela Associação de Bombeiros Voluntários de Sátão.
Muito obrigado.»

Presidente da Câmara: Começando por responder ao Sr. Deputado Carlos Rodrigues, disse que de facto já se tinha falado várias vezes na iluminação do Eucalipto, estando a Câmara a ponderar se será possível, ou não, efetuar-se. Em relação à falta de reconhecimento de algumas pessoas, referiu que nunca era tarde para o fazer. Disse ainda que, no dia do Município, a Câmara tem atribuído o Prémio Literário Cónego Albano Martins de Sousa, o qual, felizmente, tem vindo a ser ganho por muitos Satenses. Considerando esta, uma forma de reconhecimento, não descartou a possibilidade de manifestar esse reconhecimento de outra forma.

Em resposta ao Sr. Deputado Marco Girão começou por referir que o que tinha dito na última Assembleia, foi que traria ali as contas quando as tivesse prontas. Ora, uma vez que já as tinha prontas, entregou-as aos Srs. Vereadores na última reunião de Câmara, e entregou-as naquele dia, a cada um dos Membros da Assembleia Municipal, no entanto, agora, parecia-lhe que o problema passou para as contas apresentadas. Continuou dizendo que, desde que estava na Câmara, e já lá iam uns anitos, todos os pagamentos efetuados pela Câmara Municipal, eram presentes, discutidos e escrutinados em reunião de Câmara, pois não quer que haja, de maneira nenhuma, opacidade em relação a esse assunto. Pois quando se fala ali de opacidade e outras coisas, na sua opinião, todos ali presentes, *“quando fazemos certas afirmações, devemos ter consciência de que temos que responder perante aquilo que afirmamos”*. Assim sendo, terá que se ver onde está a opacidade, e para tal existem sítios próprios, que, com certeza, irão ajudar a descobrir. Quanto ao desafio, respondeu que desde as faturas da Câmara às faturas dos Bombeiros, aos concursos públicos e aos concursos por ajuste direto, aquilo que tinha afirmado há um ano, se mantinha: tudo o que desejasse ver, ser-lhe-ia facultado. Dizendo que estava a ver onde o Sr. Deputado pretendia chegar, relativamente às Instituições, comunicou que desde que ele fazia parte do executivo camarário, todos os subsídios eram atribuídos em reunião de Câmara, sempre por deliberação do Órgão Executivo. Dirigindo-se ao Sr. Deputado Marco Girão disse-lhe que acreditava que ele era daquelas pessoas que pensavam que o país político era um imenso lodaçal de corrupção. Disse ainda que o Julgamento em Praça Pública, com a prestimosa colaboração de alguns pseudopolíticos daquela Assembleia, resultava num ambiente que descredibiliza a classe política, e, portanto, no seu entendimento, deveriam acabar. Assim, á semelhança do que uma vez lhe havia dito de que teria que responder perante o Tribunal de contas, agora, perante afirmações que fez na rede social *facebook*, dizia-lhe que era a vez do Sr. Deputado ir responder perante o Ministério Público. Desejando a todos um Bom Ano, e um Feliz Natal juntos das respetivas Famílias, deixou um Voto de Confiança e um Voto de Esperança o ano de 2023; que todos sejam portadores dos melhores anseios tanto pessoais como profissionais. Por parte da Câmara, continuaram a contar com a disponibilidade e frontalidade de sempre.

Disse ainda que, à saída daquela sessão, tinham um “presentinho”, composto por produtos regionais. Também referiu que, às 19h30, gostaria que todos marcassem presença na Ceia de Natal do Município.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Presidente da Assembleia: Feita a discussão de todos os pontos da ordem de Trabalhos da presente reunião e não havendo mais nenhum assunto para debater, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, agradecendo a forma ordeira e empenhada de como decorreu a sessão e desejando um Santo Natal e um ótimo 2023, deu por encerrada a sessão, pelas doze horas e trinta e cinco minutos.

O Presidente da Assembleia

Paulo Manuel Silva de Sousa

As Secretárias

Isabel da Silva Albuquerque de Sousa

Rosa Maria Ramédios Oliveira

